

NOTAS SOBRE O PROCESSO DE INCLUSÃO/ EXCLUSÃO DE UMA PROFESSORA TRANSEXUAL

*Alfrancio Ferreira Dias**

*Maria Eulina Pessoa de Carvalho***

*Danilo Araujo de Oliveira****

RESUMO

O propósito deste texto, influenciado pelas perspectivas pós-estruturalista e pós-crítica, é refletir sobre o processo formativo e a atuação profissional de uma professora transexual, a partir das políticas e práticas de regulação e subjetivação corporal e de gênero presentes no campo da educação. Utilizou-se uma abordagem qualitativa, através da realização de entrevista narrativa, em que Lohanna expõe suas experiências de violências e sofrimentos, conquistas e lutas como estudante e professora. Suas narrativas indicam que as desestabilizações que pessoas transexuais provocam, ainda com grandes danos para elas, contêm possibilidades de desconstrução e desaprendizagem das regulações de gênero; e propõem o imperativo ético das instituições educativas transformarem suas práticas violentas e excludentes.

Palavras-chave: Transexualidade. Corpo. Gênero. Formação docente.

ABSTRACT

NOTES ON THE INCLUSION/EXCLUSION PROCESS OF A TRANSEXUAL TEACHER

The aim of this text, influenced by post-structuralist and post-critical perspectives, is to reflect on the formative process and the professional performance of a transsexual teacher, based on policies/politics and practices of gender and body regulation and subjectification established in the field of education. A qualitative approach was used through a narrative interview with Lohanna, in which she exposes her experiences of violence and suffering, as well as her achievements and struggles as a student and as a teacher. Her narratives indicate that the destabilizations caused by transgender people, nevertheless with great damage to them, enable deconstruction and unlearning of gender regulations; and propose to educational institutions the ethical imperative of transforming their violent and exclusionary practices.

Keywords: Transsexuality. Body. Gender. Teacher formation.

* Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Sergipe (PPGE/UFS). Pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre a Mulher e Relações Sociais de Gênero da Universidade Federal de Sergipe (NEPIMG/UFS). diasalfrancio@hotmail.com

** Doutora em Educação pela Michigan State University, USA. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba (PPGE/UFPB). Pesquisadora do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação sobre Mulher e suas Relações de Sexo e Gênero da Universidade Federal da Paraíba (NIPAM/UFPB). mepcarv@terra.com.br

*** Mestrando em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Graduado em Letras Português/Inglês pela Faculdade Atlântico. Membro do grupo de pesquisa Educação, Formação, Processo de Trabalho e Relações de Gênero, vinculado ao CNPq e à Universidade Federal de Sergipe (UFS). danilodinarques@hotmail.com

RESUMEN

NOTAS SOBRE EL PROCESO DE INCLUSIÓN / EXCLUSIÓN DE UNA PROFESORA TRANSEXUAL

El propósito de este texto, influenciado por las perspectivas post-estructuralista y post-crítica, es reflexionar sobre el proceso formativo y el desempeño profesional de una profesora transexual, a partir de las políticas y prácticas de regulación, subjetivación corporal y de género presentes en el campo de la Educación. Se utilizó un enfoque cualitativo, mediante la realización de entrevista narrativa, en la que *Lohanna* expone sus experiencias de violencia y sufrimiento, logros y luchas como estudiante y profesora. Sus narrativas indican que las desestabilizaciones que las personas transexuales provocan, aun con un gran daño para ellas, contienen posibilidades de deconstrucción y desaprendizaje de los reglamentos de género y proponen el imperativo ético a las instituciones educativas para transformar sus prácticas violentas y excluyentes.

Palabras claves: Transexualidad. Cuerpo. Género. Formación docente.

Introdução

Neste texto, apresentamos a história de Adriana Lohanna dos Santos, morena, cabelos cacheados, 29 anos, identidade de gênero feminina transexual, heterossexual, graduada em Letras e Serviço Social e professora da rede Municipal de Educação de Lagarto-SE. As narrativas que apresentamos poderiam aproximar-se de várias já divulgadas por pesquisador@s¹ (ALVES, 2013; BENEDITTI, 2005; FRANCO; CICILLINI, 2015; TAVEERS; SANTOS, 2012; TORRES, 2012; TORRES; PRADO, 2014) que buscam refletir, no campo da educação, sobre os processos de ensino e construção de saberes, especificamente, sobre o uso do nome social das pessoas transexuais, possibilidades de um currículo trans, a atuação e permanência de professoras transexuais na escola e o enfrentamento à transfobia na escola. Mas preferimos ir além, incluir e contar a história de Lohanna, suas experiências e significados acerca do processo de formação e profissionalização de uma pessoa transsexual frente à transfobia; como o corpo de uma transexual e de uma professora transexual é visto, vivido, confrontado, questionado, perseguido, ferido e excluído na tríade escola/universidade/trabalho escolar. Confessamos que

esta não é uma tarefa fácil, pois falamos de um lugar de “conforto” de “narrador@”, de quem nunca viveu experiências ou cenas transfóbicas, mas o fazemos com respeito e postura científica, buscando divulgar e dar voz a ess@s professor@s transexuais que, por muito tempo, estiveram no anonimato ou excluíd@s da produção do conhecimento, tanto como agentes produtor@s quanto como sujeitos de pesquisa.

Como o corpo é existencial, situado e temporal (LE BRETON, 2007), ele passa por processos de ressignificação, produzindo novos sentidos, novas formas de representação, novos discursos, em conformidade com o meio social, cultural e educacional. A partir dessa fluidez, apresenta-se como “objeto problemático à construção dos saberes humanos, tanto em termos de sua definição, como em termos epistemológicos” (DIAS et al., 2015, p. 145), ao abarcar as mais variadas problemáticas e campos disciplinares, com vinculações muito estreitas com a educação. Um corpo trans, em especial, constitui um objeto fulcral desses processos de ressignificação.

Ao demonstramos o processo de inclusão/exclusão de Lohanna como estudante na escola e na universidade e, posteriormente, como professora do ensino fundamental, podemos utilizá-lo como exemplo para discutir sobre como um corpo “trans” passa a ser um corpo “estranho” no campo educacional e propõe a@s agentes escolares questionamentos das representações hegemônicas

1 Ao longo do texto, optamos por utilizar a grafia “@” em lugar dos artigos o/a, que tentem a definir e universalizar o masculino (caso da linguagem sexista), ou, ainda, a dicotomizar masculino e feminino, fixando o gênero nessas duas vertentes, desconsiderando outras possibilidades de ser e estar.

e imaginários de masculinidade e feminilidade. Refletir acerca das narrativas de Lohanna possibilita, também, entender que as questões sobre corpo, gênero e sexualidades no currículo, na prática escolar e na formação docente têm sido um desafio para educador@s (DIAS et al., 2015), na medida em que essas temáticas propõem debate, desestabilizações e desconstruções de imagens masculinas e femininas, pautadas pela heteronormatividade e pela fixidez sexo-gênero.

Teoricamente, nossas reflexões são influenciadas pelos estudos pós-críticos e pós-estruturalistas, visto que os processos de significação, em meio às interações e vivências sociais, propiciam a produção de conhecimentos e identidades e problematizam a reprodução de ideias pré-estabelecidas e as normatizações (SILVA, 2013). De modo geral, os estudos pós-estruturalistas e pós-críticos apontam para a abertura, a transgressão, a subversão, a multiplicação de sentidos e para a diferença. Também exploram as relações de poder, o sujeito (identidade, subjetividade e modos de subjetivação) e a descrição e análise da artificialidade da produção de saberes (conhecimentos, verdades, discursos) (PARAÍSO, 2004). Metodologicamente, utilizou-se uma abordagem qualitativa pós-crítica (MEYER; PARAÍSO, 2012), a partir da realização de entrevista narrativa (ANDRADE, 2012), por se acreditar que o trabalho com narrativas no campo da educação pode contribuir para “pesquisar sobre os professores e pesquisar com os professores ou pesquisar na escola e com a escola” (LIMA; GERALDI; GERALDI, 2015, p. 19), ou seja, pesquisar sobre @s professor@s transexuais com @s professor@s transexuais. Nesse sentido, realizamos a entrevista narrativa com a professora Lohanna, na primeira semana do mês de setembro de 2015, com duração de aproximadamente duas horas, na sala de estudos do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (UFS). A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFS, com protocolo nº CAAE 46779715.6.0000.5546, atendendo às determinações da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde sobre a ética da pesquisa com seres humanos. A participante também assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e uso do nome e imagem, conforme a Resolução

nº 466, de 12 de Dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde.

Um dos autores deste texto teve um primeiro encontro informal com Lohanna para tratar de sua participação na pesquisa, bem como para se aproximar dela e da temática da transexualidade. No segundo encontro, em que foi realizada a entrevista, estiveram presentes dois investigadores e, ao nos apresentarmos, Lohanna questionou se éramos gays. Nossa resposta positiva foi suficiente para tornar o clima descontraído. Porém, nos detivemos a pensar sobre o que significava aquela pergunta. Supomos que o fato de os investigadores serem homossexuais facilitaria a compreensão do que trataríamos naquela tarde, dos significados e sentidos do que é ser transexual, do que é ser estranho, por vivenciarmos também uma experiência de transgressão. Ao mesmo tempo, nunca tínhamos vivido tal experiência no campo de investigação, e ela foi suficiente para nos desestabilizar, para tirar-nos do nosso lugar, confirmando a ideia de que, ao trabalharmos com entrevistas narrativas, falaríamos com Lohanna, a partir de Lohanna, ou seja, num movimento de influenciarmos e sermos influenciad@s.

Antes da transfobia, a homofobia: “apanhei muito em casa e na escola”

Iniciamos a entrevista questionando como se deu o processo de descobrir-se transexual, como se sentia transexual ou diferente daquilo que esperavam dela, como se construiu transexual.

Me percebi menina entre sete e oito anos, pois como tinha uma irmã, queria ser igual a ela e tinha certeza que era, no entanto a todo momento o mundo me remetia ao gênero oposto, mas minhas vontades eram as mesmas da minha irmã mais nova [dois anos a menos]. Não me construí trans, me percebi menina logo cedo e depois assumi e adequei minha exibição corpórea ao que sempre pensei para mim. (LOHANNA).

Lohanna disse que esse processo ocorreu desde os sete anos de idade, mas somente pôde assumir-se como uma pessoa transexual na maioridade, pelo fato de que seu pai era uma pessoa homofóbica, demonstrando por diversas vezes sua intolerância: “Apanhei muito por ser, e ouvia, quando eu

apanhava, que se eu fosse igual a um tio meu que era gay, eu iria morrer. Aí eu decidi segurar minha transexualidade até onde desse.” (LOHANNA). A experiência vivida por Lohanna no âmbito familiar aproxima-se de muitas outras histórias de meninos e meninas que, ao vivenciarem experiências sexuais e de gênero diferentes do padrão heteronormativo, tiveram a família como primeiro obstáculo e instigação disciplinadora.

Sobre como se sentia, o que achava de si, como percebia sua sexualidade e identidade de gênero e em que momento se sentiu atraída por meninos, Lohanna nos relatou: “Tinha certeza do meu gênero feminino, sentia atração pelos meninos logo cedo, era apaixonada por um dos meus vizinhos. Achava-me estranha, pois me sentia uma menina, mas corporalmente era menino.” (LOHANNA) Convicta de sua sexualidade e identidade de gênero, Lohanna preferiu, como um mecanismo de defesa, o silenciamento de sua transexualidade até o momento em que seu pai adoeceu e perdeu a memória. Foi o momento viável para ela assumir-se e apresentar-se com uma pessoa transexual: “Meu pai ficou em coma por um mês e perdeu a memória, e aí eu vi que era o momento que eu poderia me assumir; e meu pai faleceu pensando que tinha cinco filhas e não quatro filhas e um filho como ele tinha antes.” (LOHANNA). Assim, o processo de transexualidade de Lohanna foi vivido e assumido por ela tardiamente, intensificando-se aos 21 anos, quando começou o seu processo de modificação corporal.

Lohanna contou que na sua experiência escolar, no ensino fundamental, como ainda não se assumia como uma pessoa transexual, não vivenciou maiores sofrimentos; e, no ensino médio, estava em processo de transição, ainda não se considerava transexual. Nesse contexto, as problemáticas enfrentadas por ela foram relacionadas à homossexualidade – as comuns chacotas de colegas; no seu discurso foi possível perceber que as cenas de homofobia vivenciadas por ela (agora distantes) eram mais aceitáveis do que as experiências de transfobia que nos contaria mais à frente.

Na escola não se tem espaço para as pessoas transexuais. Primeiro isso se dá pela falta de entendimento de toda a comunidade sobre a diversidade sexual, o que leva os mesmos a pensar que ‘tudo isso era

safadeza’ e a tratar pessoas como eu com deboche e desrespeito, que vai desde a não aceitação da identidade de gênero à proibição de uso de banheiro adequado ao gênero. E o mais doloroso são as agressões psicológicas, chacotas e piadinhas pelas quais passamos. (LOHANNA).

Como um corpo estranho (LOURO, 2015), Lohanna foi normatizada, escolarizada, civilizada (DIAS, 2014) através de uma pedagogia da sexualidade (LOURO, 2010) e de dispositivos de sexualidade (FOUCAULT, 2014), usados na maioria das escolas para o desenvolvimento de normas regulatórias de gênero.

Eu apanhava dos colegas, ficavam dizendo que eu era ‘bichinha’, que eu era menininha; chegaram a colocar minha cabeça no vaso sanitário. Eu lembro que, no ensino médio, um rapaz sempre baixava as calças para mostrar os órgãos sexuais. (LOHANNA).

Essa passagem da narrativa de Lohanna, acerca de suas experiências no ensino médio, diz do processo formativo de pessoas homossexuais e transexuais, que envolve sofrer violências simbólicas e físicas, ouvir chacotas e apanhar de colegas, como foi o destino de Lohanna e ainda é o de e muit@s alun@s que vivem identificações de gênero e sexualidade que subvertem a heteronormatividade, a qual tende a construir imagens corporais genericadas (DIAS, 2014) que são desestabilizadas e confrontadas por corpos em performances transgressoras, em fronteira ou entre os lugares (LOURO, 2015).

Refletir sobre como @ transexual é vist@ e vive no espaço escolar e quais imagens são construídas sobre el@ é um desafio. Para Lohanna e para outras pessoas transexuais o ensino médio foi inóspito e excludente; uma colega travesti não voltou mais à escola. Segundo ela, era comum ambas se perguntarem: “Mas, mulher, a gente vai ter que ir para aquele inferno de novo?!” (LOHANNA). Era assim que Lohanna e sua amiga travesti percebiam a escola, como um “inferno” em suas vidas, pois sabiam que lá teriam sempre um colega que as iria incomodar e questionar seus corpos e identidades de gênero desviantes. As cenas narradas do cotidiano de Lohanna aproximam-se da reflexão de Foucault (2004) sobre o saber/poder. Para ele, as instituições, como a escola, detêm discursos de

saber/poder e desenvolvem discursos normatizadores para os corpos. No caso de Lohanna e sua amiga, esse saber/poder teve efeitos diferentes, na medida em que Lohanna continuou enfrentando as violências para tornar-se professora, mas sua amiga desistiu da escola.

No ensino médio, todas as vezes em que era agredida, Lohanna sempre denunciava, procurando a coordenação. E o que recebia de retorno era uma “passada de mão na cabeça”: “Mas meu filho, tenha calma, isso acontece.” Com o passar do tempo, foi percebendo que os agressores não sofriam nenhuma punição, enquanto ela continuava sendo agredida, tendo seus direitos ceifados, vitimada pela homofobia na escola. Era como se a escola lhe dissesse: os outros é que estão certos e você vai ter de suportar isso para continuar aqui.

Ao naturalizar as violências e considerá-las normais, a gestora da escola de Lohanna também dicotomizava normalidade/anormalidade, comprovando as reflexões de outros estudos que mostram que algumas escolas ratificam um padrão de “normalidade”, segundo o qual @s transexuais e travestis são classificad@s como “anormais” e, com isso, acabam sofrendo diversos tipos de violências, chegando até a exclusão do ambiente escolar (ALONSO; ZURBRIGGEN, 2014; ALVES, 2013). Assim, Lohanna passou por um processo de governo do seu corpo desenvolvido na/pela escola, visto que a criação da “normalidade” é o desenvolvimento de normas impostas aos corpos (CANGUILHEM, 2009). Entretanto, sua presença sugeria um “desfazer” do gênero, a partir da subversão das normas regulatórias.

“O que você está fazendo aqui na universidade?” Enfrentando a transfobia no contexto da educação superior

Ao concluir o ensino médio, Lohanna continuou em busca de seu sonho: tornar-se professora. Imaginava que aquelas experiências homofóbicas haviam ficado para trás. A universidade não seria mais um problema para ela, pois era um lugar de produção de conhecimento e, como tal, a receberia e a formaria. Assim, Lohanna cursou quase paralelamente a licenciatura em Letras, na modalidade

semipresencial, nos finais de semana, e o bacharelado em Serviço Social, ambos concluídos em 2012 em uma universidade privada situada no interior do estado de Sergipe.

Passada a euforia inicial, ao matricular-se, Lohanna informou que gostaria de ser chamada pelo nome social, recebendo de imediato a negativa do diretor em exercício no campus, pois, segundo ele, aquilo seria impossível, na medida que em seus documentos constava o nome de Adriano dos Santos e assim seria registrado no banco de dados da Instituição; entretanto, ela poderia tratar desse assunto diretamente com cada professor@. Esse foi o primeiro impacto ou um “choque de realidade” para Lohanna, percebendo que não seria tão fácil seu convívio ali.

No seu primeiro dia de aula, encontrou um aluno nos bebedouros de água. Este, ao perceber uma pessoa travesti, uma transexual, um corpo estranho, desviante do que significava feminilidade para ele, logo a questionou em público: “Vem cá, o que é que você está fazendo aqui?” Lohanna respondeu: “Assim como todo aluno, eu estou aqui pra estudar”. O aluno continuou a questioná-la: “Mas o que você está fazendo que não está na Cruz da Donzela?” – referindo-se a um povoado onde travestis se prostituem, situado no município de Malhada dos Bois, na BR-101, interior de Sergipe. De imediato, Lohanna lhe respondeu: “Não, em vez de estar na Cruz da Donzela, eu tive coragem de passar pelo ensino médio excludente, de sofrer preconceito, mas, mesmo assim, eu consegui e cheguei aqui. E hoje eu sou aluna igual a você.” Esse foi o primeiro momento de preconceito vivido por ela dentro da universidade, como se aquele lugar não fosse próprio para uma pessoa transexual, mas sim um outro lugar como a Cruz da Donzela, este sim “natural” para aquele corpo desviante das normas de gênero.

Essa cena do primeiro dia de aula de Lohanna demonstra como os gêneros são construídos, pautados pela heteronormatividade (CARDOSO; OLIVEIRA; DIAS, 2015; DIAS, 2015), para demarcar os corpos e os lugares de homens e mulheres na sociedade, excluindo os que não se enquadram nesses moldes ou os que estão na fronteira (BUTLER, 2010; DIAS, 2013; DIAS; OLIVEIRA, 2015); isso ocorre a partir do desenvolvimento de um discurso de normatização, não apenas quando

se utiliza um ou outro polo da oposição, mas pela maneira como esse discurso é colocado em prática, visando à padronização dos corpos masculinos e femininos (DIAS, 2014; LOURO, 2010). Também propõe a reflexão quanto às políticas e práticas de enfrentamento ao preconceito e às necessidades das pessoas transexuais, pois a ausência de políticas de inclusão resulta na exclusão (FRANCO; CICILLINI, 2015).

Lohanna disse-nos que se sentia um ser “extra-terrestre” na universidade, no início de sua formação em Serviço Social. Sentava na primeira cadeira da frente, no cantinho da sala, esperando as manifestações de preconceito, pois “todos saíam das salas para poder ver o bicho, o traveco, o travesti, o corpo estranho que estava na universidade” (LOHANNA), repercutindo também na convivência dentro da sua própria sala. Ao realizarem trabalhos em grupos, @s alun@s se reuniam e ela sempre ficava sozinha, porque ninguém queria se juntar àquele ser “estranho”. Conforme Louro (2015), um corpo *queer* é um corpo estranho, com sexualidade “desviante” (homossexuais, bissexuais, transexuais, travestis, drags), ou seja, um “jeito de pensar e ser que desafia as normas regulatórias da sociedade, que assume o desconforto da ambiguidade, do ‘entre lugares’, do indefinível. *Queer* é um corpo estranho que incomoda, perturba, provoca e fascina” (LOURO, 2015, p. 7-8, grifo do autor).

O horário do intervalo era o pior para Lohanna, já que uma simples ida ao mini shopping da universidade era incômodo.

Todos olhavam, apontavam, cutucavam o outro, cochichavam: ‘Olha! É o travesti que tá fazendo Serviço Social, lá no Bloco B. Olha ali, ó! O traveco é aquele.’ Então eu ouvia sempre isso, cutucadas, olhares estranhos, como se eu fosse o extraterrestre naquele espaço. (LOHANNA).

Lohanna borrava as representações do que é ser homem e mulher naquele lugar, era um corpo que necessitava ser civilizado e governado – através da proibição do uso do banheiro feminino; da não realização do estágio supervisionado; da proibição do uso do nome social no cadastro de alun@, nos relatórios de estágio supervisionado e no trabalho de conclusão de curso –, mas também era um corpo que possibilitava subversões.

“Então vamos mudar de nome para usar o banheiro feminino”: enfrentando a regulação normativa de gênero

Na vida universitária de Lohanna havia um segundo grande problema: o uso do banheiro. Na escola onde cursara o ensino médio, quando ainda se considerava homossexual, usava o banheiro feminino, embora já se sentisse mulher, vestindo-se de forma andrógena. Nessa mesma escola agora funcionava a universidade, no fim de semana, e esta a proibia de usar o banheiro feminino, já que para a instituição era Adriano dos Santos (nome de registro) que estava ali matriculado, e não Adriana Lohanna dos Santos (nome social).

Daí iniciam-se seus desafios de enfrentamento na universidade, pois nas palavras de Lohanna: “Por incrível que pareça, eu tive mais problemas em relação à minha sexualidade, em relação ao respeito à minha identidade de gênero, na universidade do que no ensino médio.”

Assim, questionamos por que no ensino fundamental e médio ela não confrontava diretamente a instituição, não reivindicava nada, submetia-se aos maus-tratos e às violências:

Primeiramente pela falta de informação, segundo pelo conformismo social que as pessoas LGBT têm quando se mora em comunidades pequenas como Aquidabã, onde a cultura folclorifica a pessoa ‘gay, viado’ como um ser desprezível e sem espaço na sociedade, uma pessoa que pode sem problemas ser vítima de chacotas e maus-tratos só pelo fato de ser anormal. Nas escolas pequenas no meu povoado não soufri muito, pois as pessoas me conheciam e tinham relações comunitárias comigo. (LOHANNA).

Segundo ela, sua história é um processo inverso ao de muitas outras transexuais, visto que só se percebeu realmente transexual no ensino superior, estando em transição no ensino fundamental e concluindo no ensino médio, mas a “pessoa trans, a menina Lohanna, ela veio completamente assumir a Lohanna no ensino superior” (LOHANNA). Nesse momento questionamos Lohanna por que ela fala de si como “a menina Lohanna”, e não como “eu”:

É uma problemática nas minhas falas, na verdade vivo como se fosse duas pessoas, a Adriana, pessoa, mulher, trabalhadora, romântica, sonhadora, uma

mulher como qualquer outra, só que uma pessoa muito triste devido a todo sofrimento que passa na sociedade. E a Lohanna, militante e ativista de diversas lutas e movimentos que atua na sociedade muito mais que Adriana, pelo fato de necessitar vivenciar a luta para fugir do sofrimento diário e da depressão que esta vida lhe traz, na verdade pode ser que neste momento a militante tenha falado da mulher. (LOHANNA).

Quando Lohanna cursava o terceiro período do curso de Serviço Social, a universidade enviou-lhe um representante jurídico a fim de proibi-la de usar o banheiro feminino. O discurso do representante da universidade pautava-se na premissa de que ali a matrícula 2067019532 era do aluno Adriano dos Santos, o nome de um aluno masculino, portanto Lohanna deveria usar o banheiro masculino para não sofrer sanções disciplinares. Esse discurso também foi reproduzido pelo líder d@s estudantes na sala de aula, expondo a aluna Lohanna ao constrangimento, conforme suas palavras: “‘Olhe, está aqui que o aluno Adriano dos Santos, a partir de hoje, vai usar o banheiro masculino. Está proibido de usar o banheiro feminino’, isso em público”. Logo Lohanna, com seu posicionamento de enfrentamento, respondeu que iria continuar a usar o banheiro feminino e que a expulsassem.

Segundo Butler (2010), a ontologia do corpo está submetida à ontologia social, a partir dos modos culturais regulatórios, pois o “corpo está exposto a forças social e politicamente articuladas, bem como a apelos de sociabilidade – incluindo a linguagem, o trabalho, e o desejo – que tornam possível a persistência e florescimento do corpo” (BUTLER, 2010, p. 2-3, tradução nossa). A partir de tal entendimento, lidar, na universidade, com expressões não-convencionas de corpo, sexualidade e gênero, bem como com identidades de gênero e sexuais que fogem à heteronormatividade (DIAS et al, 2015) é um desafio para @s profissionais da educação.

Le Breton (2007) diz que a construção do discurso sobre o corpo masculino e feminino sempre implica julgamentos de valor, situados social e culturalmente; e que masculinidades e feminilidades foram construídas para demarcar os corpos, o gênero e os lugares de homens e mulheres na sociedade, excluindo os que não se enquadram

nesses moldes. A universidade passou então a desenvolver a norma regulatória do biopoder e da governabilidade no corpo de Lohanna. Para Foucault (2015), o biopoder é exercido na carne, no biológico, no corporal, por meio de mecanismos disciplinares, neste caso, a proibição do uso do banheiro feminino. Miskolci (2013) alerta quanto às ordens arquitetônicas – como, por exemplo, o banheiro – na medida em que elas são “tecnologias” de construção de gênero e de discriminação.

O governo do corpo de Lohanna seria uma forma de gerir e conduzir suas condutas, reenquadrá-la no lugar em que ela deveria estar. Entretanto, Lohanna propunha uma desnaturalização desse corpo e a subversão dessa ordem arquitetônica, a partir da resistência, visto que, para ela, usar o banheiro feminino, além de uma necessidade fisiológica, era um ato político. No seu relato, pondera e questiona: “Perceba que minha vida todinha rola na questão de usar o banheiro. Como é que a gente vai resolver isso? Como é que vai se resolver a possibilidade de entrar no banheiro? Então vamos mudar de nome.” (LOHANNA).

Para resolver a questão, Lohanna ajuizou uma ação requerendo a mudança de nome. Logo percebeu que não adiantaria muito, pois mudar de nome não lhe garantiria o uso do banheiro, pelo fato de que seu uso é pautado pelo sexo. Como estratégia jurídica, Lohanna ajuizou outra ação pedindo, além da mudança de nome, também a mudança de sexo sem cirurgia, sendo, segundo ela, o primeiro processo desse tipo no Nordeste, ou seja, mudar o nome de Adriano dos Santos para Adriana Lohanna dos Santos, e do sexo masculino para feminino, instituindo-se, em suas palavras, uma “mulher de pinto no jurídico brasileiro” (LOHANNA). Depois de seis anos de tramitação do processo, em 2012 ela conseguiu a mudança de nome e de sexo sem cirurgia, mas já estava formada e fora da universidade que a proibira de usar o banheiro feminino.

O terceiro momento marcante na vida universitária de Lohanna foi sua atuação no componente curricular Estágio Supervisionado do Curso de Serviço Social, em que se desenvolvem atividades supervisionadas em diversas instituições da comunidade externa, acompanhadas por profissionais que atuam nesses locais. Nessa fase, Lohanna passou, mais uma vez, pela experiência da transfobia,

visto que nenhum e nenhuma Assistente Social quis supervisioná-la, relatando-nos a fala de uma profissional: “Mas, nunca que eu vou receber ele pra estagiar. Um homem quer ser mulher a pulso, o que é que as pessoas vão pensar disso? Que palhaçada! Eu vou estar aqui com um traveco atendendo meus usuários?”

Percebe-se, a partir dessa narrativa, que entra em cena o discurso da heteronormatividade e da determinação e fixidez sexo-gênero, que impõe ao comportamento de Lohanna o status de desviante da norma, uma “aberração”, pois desviar-se das normas de gênero “é produzir o aberrante exemplo que os poderes regulatórios (médico, psiquiátrico e legal, apenas para nomear alguns) podem rapidamente explorar para alavancar a racionalidade de seu próprio zelo regulador continuado” (BUTLER, 2014, p. 267). Para Lohanna, a consequência da exclusão praticada pelas profissionais foi o não cumprimento desse componente curricular, o veto à iniciação da profissionalização. Mais que isso, foi exercido o governo ou a gestão de até onde ela poderia ir, pautada numa suposta verdade sobre seu corpo. Contudo, de uma coisa Lohanna não abriu mão, a assinatura de seu relatório como Adriana Lohana dos Santos, sendo-lhe sugerida pela coordenadora do curso a inclusão entre parênteses de seu nome de registro.

A mesma imposição ao uso do nome de registro aconteceu com o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), mas desta vez seria um ato político para Lohanna e, como tal, foi ao enfrentamento: “Eu saio Adriana Lohanna dos Santos daqui ou não saio. É uma questão de honra”, colocando, por consideração à coordenadora do curso, um asterisco e uma nota com seu nome de registro para que conseguisse a aprovação da banca. Em suas palavras: “Me reprovem e comprem a briga. Porque, naquela altura do campeonato, a universidade já estava famosa por ser a universidade transfóbica que não deixou a Lohana entrar no banheiro e, por conta disso, me fez entrar no movimento LGBT” (LOHANNA).

A partir desse episódio, Lohanna inicia sua trajetória no movimento LGBT, sendo ativista de diversas lutas. Para ela, tornar-se militante era uma forma de fugir do sofrimento diário e da depressão que as cenas de transfobia lhe causavam, bem como uma possibilidade de formação que a militância

lhe proporcionava. Por exemplo, ela foi a primeira transexual da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), representando a região de Sergipe. A partir dessa vivência na ENESSO foi que se criou um eixo de discussão chamado o eixo da opressão na ENESSO.

Essas tentativas de enquadrar Lohanna nas normas regulatórias de gênero ocorreram em seu processo formativo de forma mais explícita do que implícita, embora o gendramento opere a partir de uma normatização sutil, mas com efeitos significativos (BUTLER, 2014). No caso de Lohanna, elas foram evidentes, sendo o preço a pagar por perturbar as normas. Para Butler (2014, p. 253), se supormos que o gênero sempre terá significados de “masculino” e de “feminino”, perderemos de vista o ponto crítico dessa produção, visto que “essa produção coerente e binária é contingente, que ela teve um custo, e que as permutações do gênero que não se encaixam nesse binarismo são tanto parte do gênero quanto seu exemplo mais normativo”.

A partir de um corpo estranho, excêntrico, não civilizado, desviante, Lohanna passou a deslocar, desestabilizar e problematizar as normas de gênero fixas e binárias naquela universidade. Embora tenha passado por diversas situações de preconceito, ela também provocou instabilidades e causou subversões no sistema de informação, na direção, nas coordenações, n@s docentes, n@s alun@s. Lohanna confrontou o sistema heterossexual compulsório e a naturalidade do gênero (a crença na determinação causal sexo-gênero), propondo espaços de socialização que cruzassem fronteiras, o “entre lugares” e, principalmente, ressignificações e reposicionamentos. Foi o caso daquele aluno que no primeiro dia de aula questionou o porquê de ela estar ali e acabou escrevendo o TCC com ela sobre homofobia na escola. Assim, nesse percurso de enfrentamento às normas regulatórias, pelo menos uma pessoa mudou, tornando-se seu amigo, conforme relatado por ela:

[...] acho que isso que é um orgulho pra mim. Ele é uma pessoa que fez uma homenagem muito bonita pra mim no dia da apresentação do TCC, acho que nem foi uma apresentação, foi um show pra mim, porque pra eles, como eles mesmos colocaram, que eu fui uma lição de vida. (LOHANNA).

Lohanna colou grau sem participar da confraternização de formatura, pois para ela era um momento comemorativo do qual não queria fazer parte. Isso diz da sua exclusão na aparente inclusão na educação superior.

De volta à escola: enfrentando a trans-homofobia como professora transexual

Lohanna concluiu o bacharelado em Serviço Social e a licenciatura em Letras na modalidade semipresencial no mesmo ano, sendo que a última lhe possibilitou ingressar no campo da educação como docente. Ela passou a trabalhar na mesma escola em que estudara, como professora temporária, e iniciou seu sonho de dar aulas, encontrando alguns(mas) alun@s que tinham sido suas/seus colegas e haviam ficado para atrás, como a travesti já mencionada.

Para Lohanna, voltar para aquela escola, onde passara por tantas situações de preconceito e violência, agora como professora, tornou-se uma oportunidade mágica de ensinar e de ser quem ela sempre quis ser profissionalmente. Entretanto, se questionou como estariam as coisas por ali: a realidade da escola havia mudado? Aquelas situações de homofobia haviam ficado para trás? Logo percebeu que não mudara tanto, pois agora o preconceito que sofrera como aluna passou a sofrer como docente, por parte d@s colegas de trabalho que no passado haviam sido seus/suas professor@s. Segundo Lohanna, “alguns ainda me olhavam de lado, alguns ainda tripudiavam ao me chamar de Adriano, de ‘ele’”. Como professora, continuava a ser rejeitada pela sua condição transexual.

Lohanna nos relatou que no exercício do seu trabalho aconteceu uma situação de preconceito igual àquela que viveu no passado, mas que agora como professora era chegada a hora de se posicionar:

Lohanna: Um certo dia eu estava em sala de aula quando uma aluna chega no 2º ano, gritando.

Aluna: ‘Corre professora, corre professora’.

Lohanna: ‘O que foi menina?’

Aluna: ‘Corre, corre no 6º ano para resolver um negócio’.

Lohanna: ‘Tá, tudo bem’. Eu chego lá no 6º ano, tinha um aluno com um batom, algumas coisas femininas na mão e me disseram que tinha um outro aluno na diretoria. O aluno que estava na diretoria era o aluno travesti, que tinha chegado à sala de peruca e maquiado, e que um outro aluno bateu nele, tomou a peruca e ficou com suas coisas. Eu pensei que iria encontrar o agressor dentro da diretoria; encontro o agredido.

Lohanna: ‘Sim, diretora, o que é que está acontecendo aqui?’

Diretora: ‘Não, porque ele tem que entender, né, professora? Que não é assim, que os colegas dele, pra se adaptarem, tem que ser com calma, que ele não pode vir vestido assim, que é complicado ele vir vestido assim, e eu estou tentando explicar isso pra ele’.

Lohanna: ‘Me diga uma coisa professora, quando isso acontecia comigo lá atrás, que eu chegava gritando seu nome aqui na sala, o que é que a senhora me dizia? A mesma coisa que está aqui dizendo a ela. Pois nada mudou. Agora, interessante, agora eu vou te falar o que eu sempre quis falar e eu nunca tive coragem: enquanto o agressor estiver na sala de aula, que eu fui ver, se vangloriando que bateu num ‘viado’, e que tomou a peruca do ‘viado’, que é quem deveria estar levando esporro nesse momento, que nesse momento quem deveria estar aqui era ele, a senhora está aqui vitimando, mais uma vez, o agredido, a senhora está mais uma vez... Como é que os colegas dele vão se acostumar com ele como travesti se ele chegar aqui vestido de homem na sala de aula? Fica um pouco complicado. Então eles têm que respeitar, ele tem que vir, sim, de mulher pra sala de aula. E a senhora deveria estar aqui com o agressor, dizendo isso, e não com o agredido; eu não comungo com isso, acho que não está certo. A senhora vai ter que colocar ela na sala de aula, pegar a peruca dela com o agressor e, sim, quem vai ter que ser punido é quem agrediu ele e não quem foi agredido’.

Diretora: ‘É, pois é, mas professora, não é assim, as pessoas não se adaptam tão rápido, tem que ter calma, tem que ser devagar...’.

Lohanna: ‘Como? Então quer dizer que a senhora iria se acostumar comigo, como transexual, se eu viesse vestida de paletó, terno e gravata? Nunca a senhora estaria me vendo assim’.

Lohanna, agora como professora, pode confrontar a trans-homofobia, e promover a diversidade

sexual e de gênero na escola. Ao reviver o mesmo processo de preconceito, agora como expectadora, ela intervém, questiona a intervenção da diretora, restrita ao aluno agredido. Ela, que não teve quem a defendesse quando aluna, como professora transexual está pronta a enfrentar os casos de trans-homofobia na escola. Mais que isso, havia chegado o momento de discutir a trans-homofobia na escola com @s docentes que, muitas vezes, não tiveram acesso a essas questões durante a formação inicial e continuada.

Porque se eu tivesse professores formados, que soubessem o que era aquilo na minha época, teria chegado alguém pra me defender também. Se na graduação a gente tivesse a disciplina de educação inclusiva, que não somente discutisse inclusão de pessoas com necessidades especiais, mas inclusão de todos os seres humanos, acesso e permanência de todos na escola, isso não acontecia, porque os professores estariam na sala de aula sabendo que aquele ser humano era uma pessoa transexual, não por safadeza, mas porque ele nasceu assim, e aí a vida seria outra. (LOHANNA).

Lohanna chama a nossa atenção para a importância da discussão das questões de identidade sexual e de gênero, para além do respeito à diferença, numa perspectiva mais ampla de formação de professor@s, incluindo também formas didático-pedagógicas de trabalhar com esses temas. Hoje, para ela, lidar com o preconceito de alun@s é mais fácil, pois quando acontece alguma situação desse tipo, ela conversa e explica os significados do que é ser transexual e, geralmente, tod@s continuam convivendo com ela sem problemas. Segundo Lohanna, @s alun@s são mais tolerantes com as professoras transexuais do que @s própri@s colegas, até porque criam laços afetivos na vivência cotidiana com a professora transexual.

“Professora, meu pai disse que você é viado”: um corpo que ameaça a sociedade, por ser diferente

Já com a mudança de nome para Adriana Lohanna dos Santos e gênero feminino realizada no seu registro, Lohanna passou a trabalhar como professora de carreira, mediante aprovação em concurso de provas e títulos realizado em 2010

no Município de Lagarto, Centro-Sul do estado de Sergipe, sendo nomeada em outubro de 2013. Havia passado dois anos na função quando, numa manhã, uma aluna lhe disse: “Professora, meu pai disse que você é ‘viado’”. Até aquele momento, Lohanna era considerada por tod@s como uma mulher, visto que ninguém sabia de sua trajetória trans. De imediato, Lohanna perguntou: “Como é, menina?” E a aluna repetiu a mesma frase. Então Lohanna sentou com @s alun@s e explicou para el@s o que é transexualidade e seu processo de se perceber transexual, resolvendo assim a situação na sala de aula, conforme sua narrativa:

[...] um certo dia alguém descobriu e colocou na boca de um dos pais dos alunos. Eu: ‘Como é menina?’ ‘É, meu pai disse que você é viado.’ ‘É, certo, tudo bem.’ Naquele momento, eu sento com os meus alunos e digo: ‘Olhe, tia não é viado.’ E fui explicar para eles o que é transexualidade: ‘Tia nasceu menino, mas tia se percebeu e tinha cabeça de menina e tia modificou sua sexualidade, simplesmente isso. Tia hoje é menina. É ou não é? É, claro, tia é menina, tia usa esmaltes, tia usa batom, tia tem cabelo de mulher, tia usa brinco de mulher, tia se comporta como mulher. Então tia é mulher. Certo? Certo’. (LOHANNA).

Mas o problema aumentaria posteriormente. Logo, todo o município soube que aquela professora não era uma professora, mas um homossexual; que aquela mulher não era uma mulher e sim um rapaz. Nesse momento Lohanna deixou de ser uma mulher e passou novamente a ser um corpo estranho, desviante, borrante das normas regulatórias de gênero. Entretanto, cabe problematizar esse discurso normativo de que Lohanna seria uma “falsa” mulher, trazido pela comunidade, ou seja, o não reconhecimento da transexualidade e a leitura de Lohanna como um homem gay ou, nos dizeres da comunidade, um “viado”. Lohanna não é um “viado”, mas a comunidade a coloca nesse lugar. Percebe-se que o discurso da comunidade escolar está atravessado por outros discursos, tais como o biológico e o religioso, que impõem o gendramento dos corpos e a naturalização do gênero. Assim, os discursos são produzidos e reproduzidos a partir da heteronormatividade, e os corpos, como o de Lohanna, que perturbam as normas são postos nesse lugar de desviantes, de sujeitos que precisam ser “recondicionados” à

“normalidade” de gênero. Aquel@s que não se adequam são excluíd@s, como no caso de Lohanna. Com o aumento da intolerância por parte de alun@s e familiares, ela passou a vivenciar novamente cenas de trans-homofobia e se afastou de suas atividades por 15 dias por depressão, conforme recomendação médica.

Voltando ao trabalho, recebeu uma declaração de remoção da escola para outra muito distante, medida sem sentido para ela, visto que estavam no mês de setembro e as remoções, quando aconteciam, eram sempre no início do ano letivo. Com isso, seu quadro de depressão piorou e, mais uma vez, afastou-se do trabalho com licença médica em setembro de 2014. Lohana contou que esse foi um momento muito difícil para ela, mas precisava voltar a sua turma para explicar e justificar a@ alun@s sua saída:

‘Olhe, tia tá saindo doente [chorando] porque tia está passando por uns problemas aqui da escola, mas tia vai brigar pra dar aula pra vocês, tia volta.’ E a parte mais bonita de tudo isso [chorando] é quando meus alunos levantam e me aplaudem de pé. Me abraçam e dizem: ‘Tia, volte, a gente quer estudar com você.’

Lohanna ainda estava em gozo de licença médica no momento da entrevista. Afirma que é muito complicado ser considerada um “corpo estranho na sociedade”, pois, segundo ela, apenas queria dar suas aulas.

Um corpo que ameaça a sociedade por ser diferente: é assim que Lohanna se percebe a partir de suas vivências. Um corpo que carrega marcas. Mas onde elas se encontram no corpo de Lohanna? O que elas dizem? Como surgiram? Que significam? Como reconhecê-las? Segundo Louro (2015, p. 77), a “determinação dos lugares sociais ou das posições dos sujeitos no interior de um grupo é referida a seus corpos”. Nesse sentido, as marcas do corpo de Lohanna podem ser consideradas uma invenção do olhar do outro, que propõe classificá-la, civilizá-la e hierarquizá-la, a partir de significações regulatórias de gênero. Como diz Le Breton (2007, p. 47): “do corpo nascem e se propagam as significações que fundamentam a existência individual e coletiva; ele é o eixo da relação com o mundo, o lugar e o tempo nos quais a existência toma forma através da fisionomia singular de um ator.”

Não foi perguntado a@s alun@s se Lohanna era boa professora, se queriam estudar com ela, se estavam incomodad@s por terem uma professora transexual, se gostavam dela. Simplesmente a tiraram da escola, num movimento de controle, já que o corpo transexual ameaça o discurso da heteronormatividade e da correspondência sexo-gênero. Com argumenta Foucault (2015, p. 52), a sociedade fabrica discursos que constroem regimes de verdades, ou seja, “os tipos de discursos que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros”. Percebe-se, no caso de Lohanna, que os agentes escolares ratificaram um discurso de verdade: o da heteronormatividade e da correspondência natural e linear corpo/sexo-gênero/identidade; criaram estratégias de controle e banimento daquele corpo desviante, a fim de excluir a representatividade do corpo transexual.

Lohanna sabe que a disseminação de um discurso contrário à homossexualidade e à transexualidade extrapola os muros das escolas e atravessa outros microssistemas sociais, que proferem discursos de vigilância, punição e exclusão de corpos desviantes: ademais, não é a mera presença de uma pessoa transexual que perturba, mas o rótulo “trans” desestabiliza as crenças na determinação natural sexo-gênero e os padrões heteronormativos. Ela intui que o corpo dela nem é percebido como “trans”, então não seria o corpo a criar a estranheza, mas a palavra transexual e o rótulo político da pessoa transexual.

Ao apresentar-se em espaços de sociabilidade, ela se apresenta como Lohana, vivencia sua afetividade, as pessoas chegam do seu lado, querem se relacionar com ela, se apaixonam por ela. Entretanto, ao dizer que é uma transexual, as pessoas começam a se afastar. Não é apenas o corpo transexual que causa estranheza, mas também a identidade de gênero desviante ligada à representação do corpo masculino ou feminino. O fato é que o corpo transexual propõe “inversões” de gênero, através de novas formas e imagens corporais. Particularmente, concordamos com a ideia de Benedetti (2005) de que o corpo transexual vai além de inversões, ele propõe “transformações” de gênero.

Isso se torna evidente no momento em que a comunidade escolar sabe que o corpo de Lohanna é um corpo transexual, pois as verdades produzidas

na escola e fora dela dizem que aquele corpo estranho precisa ser corrigido e, caso não seja possível a normatização, excluído. Lohanna é categórica ao afirmar que outras professoras transexuais, que ela conhece, passaram e ainda passam por perseguições nas escolas e nas redes de ensino nas quais são lotadas:

A docente trans A passou nove anos com um processo judicial por ser tirada das atividades fins [sala de aula] de uma escola da rede municipal de Maruim [Sergipe]. A docente trans B também passou por perseguição na rede municipal de Aquidabã [Sergipe], sendo que essa última já conseguiu na Justiça o direito de voltar a dar aulas.² (LOHANNA).

Assim, de acordo com as narrativas de Lohanna, a administração pública cria estratégias de exclusão das professoras transexuais das salas de aula, a exemplo das transferências, sem explicações, para outras escolas, principalmente as situadas em zona rural, bem como a transferência das professoras transexuais da atividade fim (ensino) para atividade meio (secretaria).

No interior da escola, segundo Lohanna, muitas vezes o preconceito não vem d@ alun@s, mas de seus familiares, além d@s própri@s colegas de trabalho e gestor@s. Ouvem-se discursos tais como: “não vemos que noss@s filh@s sejam ensinado por um gay”; “a qualquer momento aquela professora transexual vai dar em cima dos nossos filhos”. Ela considera que isso acontece porque os discursos criados pela sociedade vinculam a pessoa transexual à pedofilia, à promiscuidade e à prostituição. Mesmo assim, algumas transexuais conseguem se destacar mediante a qualificação.

Ao concluir a entrevista perguntamos a Lohanna quais seriam seus sonhos e planos para o futuro. Ela nos respondeu que seriam simplesmente voltar a dar aulas, ver seus/suas alun@s concluírem o primeiro ciclo do ensino fundamental e, além disso, seguir sua formação em nível de mestrado e doutorado em educação. Cada situação de preconceito Lohanna usa como “combustível” para continuar a lutar e provar para a sociedade que a professora transexual não se reduz a um corpo transexual. Em suas palavras: “É a educação que vai mudar

essa perspectiva, até porque foi na educação que eu sofri tudo isso. Então eu quero dar esse retorno para a educação do meu estado, pro meu país” (LOHANNA).

Considerações finais

Ao colhermos e refletirmos sobre as narrativas de Lohanna, uma professora transexual, percebemos que algo mudou em nós, algo nos tocou, fez-nos despertar, como nos diz Larrosa (2002, p. 21): a experiência é “o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. A cada dia se passam muitas coisas, porém, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece”. Acreditamos que o corpo transexual tem esse poder; o poder de perturbar, desestabilizar, de propor desconstruções e (des)aprendizagens. Ainda que, há algum tempo, estejamos mergulhados nos estudos de gênero e diversidade sexual, desenvolvendo pesquisas e propondo intervenções, não seremos @s mesm@s. O exercício de pesquisar vai nos transformando, e experiências de campo como essa propõem desconstruções nas nossas concepções sobre por que, como e para que pesquisar. A partir da experiência de investigar a trajetória de vida, formação e atuação de uma professora transexual, afirmamos a importância da pesquisa dialógica, para trazer para o debate acadêmico e para a produção do conhecimento educacional vozes como a de Lohanna, invisibilizadas e não reconhecidas nesse campo. Esta é, de fato, a maior contribuição deste texto.

Nem todas as instituições de ensino produzem condutas preconceituosas, reguladoras e/ou violentas como as que foram impingidas a Lohanna, mas todas podem desconstruir práticas educativas marcadas pelo princípio da regulação normativa de gênero, entendendo-se que a educação também pode ser um campo de desaprendizagem dessas regulações, a partir da convivência com pessoas transexuais. Assim, não poderíamos concluir sem sugerir alguns desafios curriculares e pedagógicos rumo à ampliação da complexidade das análises sobre a transexualidade no campo educacional, no contexto escolar e no interesse de uma formação humana inclusiva da alteridade e das diferenças.

O primeiro desafio é entender a importância e a necessidade de pesquisarmos mais acerca do

² Preferimos omitir os nomes das docentes, expostos por Lohanna durante a entrevista, pelo fato de as mesmas não terem participado da pesquisa.

universo transexual, para que possamos entender os corpos trans além do “estranho” e “desviante”: que os corpos trans sejam pensados simplesmente como corpos que podem ter diversas possibilidades de ser e estar no mundo, desvinculando-se a transexualidade do pênis e da vagina.

O segundo desafio é transcender (ou superar) as abordagens de gênero pautadas nos papéis, comportamentos, atividades e funções de homens e mulheres, para focar em uma abordagem relacional e performática dos corpos, para além do binarismo e da dicotomia de gênero.

O terceiro desafio é o desenvolvimento de uma formação inicial e continuada em gênero e diversidade sexual para gestor@s, docentes e demais profissionais das escolas. Acreditamos que o foco das intervenções pedagógicas para o aprendizado das e com as diferenças deve ser primeiro de gestão pedagógica (equipe administrativa), segundo da didática (formação docente) e, terceiro, curricular (envolvendo @s estudantes e a comunidade escolar).

Concordamos que é necessária a desconstrução dos pressupostos da neutralidade da escola na produção dos corpos “normais”, haja vista a existência/criação de “anormais”. Segundo Bento (2011, p. 555), é preciso compreender os motivos que fazem a escola reproduzir valores hegemônicos e, para tanto, precisamos sair da escola, ampliando o olhar para as formas como a sociedade produz

as “verdades sobre o que deve ser reproduzido, quais os comportamentos de gênero sancionados e porque outros são silenciados e invisibilizados, qual a sexualidade construída como ‘normal’ e como gênero e sexualidade se articulam na reprodução social.”

Para Louro (2015), um ambiente escolar mais tolerante às diferenças requer o desenvolvimento de uma pedagogia e de um currículo *queer* focados no processo de produção das diferenças, na instabilidade e na precariedade de todas as identidades. Assim, “ao colocarem em discussão as formas como o ‘outro’ é construído, levariam a questionar as estreitas relações do eu com o outro” (LOURO, 2015, p. 49, grifo do autor).

O primeiro e o segundo desafios são para @s pesquisador@s da educação, já o terceiro é para @s formador@s, elaborador@s de políticas e gestor@s, tod@s direta ou indiretamente implicad@s nos sofrimentos e exclusões de Lohanna e outr@s. Com base em sua experiência, Lohanna enunciou que “as discussões sobre sexualidades e identidades de gênero na escola somente vão realmente funcionar quando elas passarem a fazer parte da capacitação de cima pra baixo, a partir da gestão, docentes, demais profissionais”. Ela indica, assim, o imperativo ético que recai sobre pesquisador@s, formador@s e decisor@s de políticas.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, Graciela B.; ZURBRIGGEN, Ruth. Transformando corporalidades: desbordes a la normalidad pedagógica. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 1, p. 53-69, 2014. Edição especial.
- ALVES, Cláudio Eduardo Resende. Travestis e transexuais na escola: ressonâncias do uso do nome social na rede municipal de educação de Belo Horizonte. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10., 2013, Florianópolis. **Anais Eletrônicos...** Florianópolis: UFSC, 2013. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1384362621_ARQUIVO_ClaudioEduardoResendeAlves.pdf>. Acesso em: 06 out. 2015.
- ANDRADE, Sandra dos Santos. A entrevista narrativa ressignificada nas pesquisas educacionais pós-estruturalistas. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marluce Alves (Org.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza, 2012. p. 173-194.
- BENEDITTI, Marcos. **Toda feita: o corpo e o gênero das travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz diferença. **Estudos Feministas**, v. 19, n. 2, p. 549-559, maio/ago. 2011.
- BUTLER, Judith. **Frames of war: when is life grievable?** New York: Verso, 2010.
- _____. Regulações de gênero. **Cadernos Pagu**, n. 42, p. 250-274, jan./jun. 2014.
- CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

- CARDOSO, Helma de Melo; OLIVEIRA, Anselmo Lima de; DIAS, Alfrancio Ferreira. Marcas e aprendizagens da heteronormatividade em filmes infantis. **Revista Espaço do Currículo**, v. 8, n. 2, p. 244-253, maio/ago. 2015.
- DIAS, A. F. Educando corpos, produzindo diferenças: um debate sobre gênero nas práticas pedagógicas. **Revista TOMO**, n. 23, p. 237-257, jul./dez. 2013.
- _____. Como as escolas educam corpos nas práticas pedagógicas. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 7, n. 12, p. 103-112, 2014.
- _____. Corpo, gênero e sexualidades: problematizando estereótipos. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, DF, v. 9, n. 16, p. 73-90, jan./jun. 2015.
- DIAS, A. F.; OLIVEIRA, A. L. de. Azul é a cor mais quente: discursos sobre o corpo, gêneros e sexualidades em fronteiras. **Revista Saberes**, n. 2, v. 1, p. 61-72, 2015.
- DIAS, A. F. et al. Representações sobre corpo, gênero e sexualidades ao longo da vida: discursos de estudantes de Pós-graduação em Educação. **Revista Cocar**, v. 9, n. 17, p. 135-145, jan./jul. 2015.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 10. ed. São Paulo: Loyola, 2004.
- _____. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- _____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2015.
- FRANCO, Neil; CICILLINI, Graça Aparecida. Professoras trans brasileiras em seu processo de escolarização. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 335-352, maio/ago. 2015.
- LARROSA, Jorge J. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, n. 19, p. 20-28, jan./abr. 2002.
- LE BRETON, David. **A sociologia do corpo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- LIMA, Maria Emília Caixeta de Castro; GERALDI, Corinta Maria Grisolia; GERALDI, João Wanderley. O trabalho com narrativas na investigação em educação. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 31, n. 1, p. 17-44, jan./mar. 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698130280>>. Acesso em: 20 out. 2015.
- LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias de sexualidade. In: _____ (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 07-34.
- _____. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves. Metodologias de pesquisas pós-críticas ou sobre como fazemos nossas investigações. In: _____ (Org.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza, 2012. p. 15-22.
- MISKOLCI, Richard. **Teoria queer**: um aprendizado pelas diferenças. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica/ Editora UFOP, 2013.
- PARAÍSO, Marlucy Alves. Pesquisas pós-críticas em educação no Brasil: esboço de um mapa. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 122, p. 283-303, maio/ago. 2004.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- TAVARES, Márcia; SANTOS, Lohanna Adriana dos. Profanações do silêncio: indícios para transversar sexualidades e gêneros no Serviço Social. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 69-84, jul./dez. 2012.
- TORRES, Marco Antonio. A transformação de professoras transexuais na escola: transfobia e solidariedade em figuras sociais contemporâneas. **Revista Cronos**, v. 11, n. 2, p. 41-62, jul./dez. 2012.
- TORRES, Marco Antonio; PRADO, Marco Aurélio. Professoras transexuais e travestis no contexto escolar: entre estabelecidos e outsiders. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 1, p. 201-220, jan./mar. 2014.

Recebido em: 30.10.2015

Aprovado em: 04.03.2016